(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020

Conteúdo

Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração dos resultados abrangentes	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Demonstração do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	8



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da Termobahia S.A. Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Termobahia S.A. ("Companhia") em 30 de setembro de 2020,que compreendem o balanço patrimonial de 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, consequentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, acima referidas, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1).



Ênfase

Transação com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que a Companhia mantém transações com a controladora Petroleo Brasileiro S.A – Petrobras e segue o plano de negócios desta, na condução de suas operações, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 8 às demonstrações financeiras intermediárias. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2020

KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Milena Santos

Contadora CRC RJ-100983/O-7

ena dos S. Rosa

Termobahia S.A.
Balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Nota	30.09.2020	31.12.2019	Passivo	Nota	30.09.2020	31.12.2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		1	1	Fornecedores	8	311	474
Contas a receber, líquidas	4.1	128.463	125.398	Arrendamentos mercantis	5.2	244	316
Contas a receber – FIDC	4.2	369.047	339.194	Financiamentos	7	16.374	13.994
Despesas antecipadas		362	407	Imposto de renda e contribuição social	9.1	803	1.545
Imposto de renda e contribuição social	9.1	1.461	216	Impostos e contribuições	9.1	2.200	1.339
Impostos e contribuições	9.1	11	<u>-</u>	Dividendos a pagar	11.4	-	11.494
	_	499.345	465.216	Salários, férias e encargos	_	4.614	3.058
					_	24.546	32.220
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Arrendamentos mercantis	5.2	394	475
Impostos e contribuições	9.1	19.979	19.948	Financiamentos	7	33.084	38.886
				Imposto de renda e contribuição social			
Contas a receber, líquidas	4.1	214.267	271.709	diferidos	9.2	79.308	82.181
Depósitos judiciais	17.2 _	10.893	10.717	Planos de pensão e de saúde	10	11.866	12.697
	_	245.139	302.374	Outras contas a pagar	_	7	
					_	124.659	134.239
				Patrimônio líquido	11		
Imobilizado	6 _	580	709	Capital social realizado		311.752	311.752
		580	709	Transações de capital		255.516	255.516
	_	_	_	Outros resultados abrangentes		(3.530)	(6.489)
				Reservas de lucros	_	32.121	41.061
					_	595.859	601.840
	_	745.064	768.299		_	745.064	768.299

Termobahia S.A.

Demonstração do resultado

Períodos findos em 30 de setembro

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

		202	20	201	9
	Nota	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Receita de arrendamento	12	10.739	46.588	12.911	47.588
Lucro bruto		10.739	46.588	12.911	47.588
Despesas Gerais e administrativas Tributárias Outras receitas (despesas), líquidas	13 14	(823) (107) (1.585)	(2.754) (502) (3.101)	(1.039) (382) 15.348	(2.065) (1.743) 15.328
Guado recondo (despesas), riquidas		(2.515)	(6.357)	13.927	11.520
Lucro antes do resultado financeiro, participações	_	8.224	40.231	26.838	59.108
Resultado financeiro líquido	15	(2.793)	(457)	6.779	11.551
Receitas financeiras Despesas financeiras Variações monetárias, líquidas	_	1.906 (1.010) (3.689)	8.311 (3.030) (5.738)	4.781 (1.129) 3.127	13.767 (3.417) 1.201
Lucro antes dos impostos	_	5.431	39.774	33.617	70.659
Imposto de renda e contribuição social	9.3	(2.559)	(14.231)	(10.167)	(27.696)
Lucro do período	_	2.872	25.543	23.450	42.963
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	11.5	55,22	491,03	450,80	825,91

Demonstração dos resultados abrangentes

Períodos findos em 30 de setembro

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2020		2019	
	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Lucro do período	2.872	25.543	23.450	42.963
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Ganhos atuariais com planos de beneficios definidos (nota explicativa 11.3)		2.959	<u>-</u>	
		2.959		
Resultado abrangente total	2.872	28.502	23.450	42.963

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de setembro

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

			Outros resultados abrangentes	_	Reservas de lucros		
	Capital subscrito e integralizado	Transações de capital	Perdas atuariais com planos de benefícios definidos	Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2019	311.752	255.516	(2.624)	4.158	10.068	<u> </u>	578.870
Dividendos adicionais aprovados Lucro do período				<u> </u>	(10.068)	42.963	(10.068) 42.963
Saldos em 30 de setembro de 2019	311.752	255.516	(2.624)	4.158	<u> </u>	42.963	611.765
Saldos em 31 de dezembro de 2019	311.752	255.516	(6.489)	6.578	34.483	<u> </u>	601.840
Dividendos adicionais aprovados Outros resultados abrangentes Lucro do período	- - -	- - -	2.959	- - -	(34.483)	25.543	(34.483) 2.959 25.543
Saldos em 30 de setembro de 2020	311.752	255.516	(3.530)	6.578	<u> </u>	25.543	595.859

Demonstração dos fluxos de caixa

Períodos findos em 30 de setembro

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Jan-Set/2020	Jan-Set/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais Lucro do período	25.543	42.963
A** 4		
Ajustes para: Depreciação e amortização	129	72
Despesa atuarial de planos de pensão e saúde	2.128	1.467
Provisão para perdas com processos judiciais e administrativos	-	(191)
Variações monetárias e encargos financeiros	8.524	(38.863)
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(8.130)	(13.374)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(2.873)	2.257
Redução (aumento) de ativos		
Contas a receber	950	1.635
Contas a receber - arrendamento financeiro	53.427	88.344
Outros ativos	52	(542)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	(163)	(345)
Impostos e contribuições	10.249	1.952
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.000)	(13.483)
Outros passivos	1.563	21
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	80.399	71.913
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos em recebíveis de ativos financeiros	(21.724)	9.700
Recursos líquidos (utilizados) gerados nas atividades de investimentos	(21.724)	9.700
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos e operações de mútuo, líquidos:		
Amortizações de principal	(9.052)	(7.790)
Amortizações de juros	(3.458)	(3.672)
Amortização de arrendamentos Dividendos pagos à acionista controlador	(187) (45.449)	(69.344)
Dividendos pagos ao acionista controladores Dividendos pagos aos acionistas não controladores	(529)	(807)
Dividendos pagos aos acionistas não controladores	(329)	(807)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(58.675)	(81.613)
Efeito líquido do caixa e equivalentes de caixa do período	<u>-</u>	
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1	1

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 30 de setembro

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Jan-Set/2020	Jan-Set/2019
Receitas Outras receitas		16.561
Insumos adquiridos de terceiros Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.252)	1.146
Valor adicionado (consumido) produzido bruto	(4.252)	17.707
Depreciação e amortização	(129)	(72)
Valor adicionado líquido (consumido) produzido pela companhia	(4.381)	17.635
Valor adicionado recebido em transferência Juros sobre arrendamento mercantil Receitas financeiras - inclui variação monetária	46.588 8.729 55.317	40.687 23.909 64.596
Valor adicionado a distribuir	50.936	82.231
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores Salários e benefícios	1.185	3.534
	1.185	3.534
Tributos Federais Estaduais Municipais	14.918 4 100 15.022	30.211 8 58 30.277
Instituições financeiras e fornecedores Juros e variações monetárias	9.186	5.457
Acionistas Lucros retidos	25.543	42.963
	25.543	42.963
Valor adicionado distribuído	50.936	82.231

Notas explicativas as demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1 A companhia e suas operações

A Termobahia S.A. ("companhia"), controlada pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, foi constituída em 22 de outubro de 1998 e iniciou suas atividades operacionais em 30 de setembro de 2003, tendo como objeto social a produção, comercialização, aquisição, exportação e importação de energia elétrica e vapor, observando os termos e condições previstas na legislação aplicável.

A Termobahia é proprietária da Usina Termelétrica Termobahia (antiga UTE Celso Furtado), cujos ativos são utilizados, exclusivamente, na produção de energia elétrica e vapor de alta pressão. O projeto de co-geração (produção de energia elétrica e vapor) foi construído ao lado da Refinaria Landulpho Alves de Mataripe ("RLAM"), de propriedade da Petrobras, com capacidade de produção de 185,89 megawatts de energia elétrica e 396 toneladas por hora de vapor de alta pressão.

A companhia mantém transações relevantes com a controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

Contrato de Locação da Usina

Em 1º de abril de 2013, a companhia celebrou Contrato de Locação de sua Usina Termelétrica pelo prazo de 3.820 dias, com vencimento em 15 de setembro de 2023, com sua controladora.

A relação existente com sua Controladora possui a característica de arrendamento mercantil financeiro, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil.

Aliança estratégica entre Petrobras e Total Brasil E&P

Em 28 de fevereiro de 2017, a Petrobras e a empresa Total assinaram contratos de compra e venda de ativos da Aliança Estratégica, definidos no Acordo Geral de Colaboração (*Master Agreement*), assinado em 21 de dezembro de 2016.

Os contratos de compra e venda contemplam a alienação para a Total de 50% de participação da Petrobras na Termobahia e o fechamento da transação terá que ser realizada a reestruturação societária na Termobahia, com o aporte da UTE Termocamaçari, atualmente de propriedade da Petrobras.

Em dezembro de 2019, a Petrobras confirmou que não conseguiu convergir em assuntos que foram tratados como condições precedentes para o *closing* da operação. Por conta disso, a Petrobras iniciou processos internos para avaliar o término desse Acordo com a Total Brasil E&P que envolve a Termobahia. Vale destacar, no entanto, que o *SPA "Share Purchase Agreement"* firmado à época entre ambas as Empresas ainda se encontra válido pelo fato de não se ter atingido o *LongStop Date* previsto em Acordo.

1.1 Contexto, ações de resiliência e impactos causados pela COVID-19

1.1.1 Contexto

Em janeiro de 2020, a China reportou ter identificado uma nova variante do coronavírus, COVID-19, que estava se disseminando de forma rápida em sua população. Em 11 de março de 2020, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que a COVID-19 tratava-se de uma pandemia. As medidas de isolamento social decorrentes dessa pandemia afetaram o ambiente econômico global.

As autoridades governamentais brasileiras, por sua vez, implementaram uma série de medidas para fazer frente aos efeitos econômicos colaterais, impostos pela atual pandemia, de dimensões crescentes e ainda incertas que paralisaram as atividades mundiais, auxiliando desta forma o setor produtivo.

1.1.2 Ações de resiliência

A companhia alinhada às recomendações da OMS e do Ministério da Saúde, anunciou providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas que incluem o trabalho em home office, rigorosa higienização dos locais de trabalho, testagem de casos suspeitos, medição de temperatura corporal, acompanhamento médico e acesso a serviços de telemedicina.

1.1.3 Efeito nas demonstrações financeiras intermediárias

Os impactos da COVID-19 e da alteração no ambiente econômico foram considerados na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias. As informações sobre as estimativas e julgamentos relevantes, que requerem elevado nível de julgamento e complexidade em suas aplicações e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da companhia, foram divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 e revisadas para esta demonstração intermediária a fim de determinar eventuais mudanças em premissas e julgamentos decorrentes das atuais condições de mercado.

O resultado da revisão dessas premissas e outros decorrentes da COVID-19, está apresentado a seguir:

- não ocorreram alterações de premissas no reconhecimento dos contratos de receita com clientes, pois a Companhia possui operações somente com a sua controladora.
- não foram identificados efeitos no reconhecimento das perdas de crédito esperadas (PCE) nos ativos financeiros da companhia;
- não houve alterações nos compromissos assumidos com fornecedores, tendo em vista que o fluxo de caixa não sofreu alterações; e
- no âmbito do contencioso jurídico da companhia, não há casos relacionados ao COVID-19 com risco de desembolso financeiro que impactem diretamente as demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração intermediária, aprovado por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, que incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nos 11.638/07 e 11.941/09.

Essas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas com as alterações relevantes ocorridas no período, sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, e consideram as informações, que no entendimento da administração proporcionam uma visão abrangente da posição patrimonial e financeira da companhia e do desempenho de suas operações. Portanto, tais informações contábeis devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que contemplam o conjunto completo de notas explicativas.

O Conselho de Administração da companhia, em reunião realizada em 29 de outubro de 2020, autorizou a divulgação destas informações trimestrais.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias são os mesmos adotados na preparação das demonstrações financeiras anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

4 Contas a receber

4.1 Contas a receber, líquidas

	30.09.2020	31.12.2019
Clientes		
Partes relacionadas		
Arrendamento mercantil financeiro (nota explicativa 5)	340.006	393.433
Outras contas a receber (nota explicativa 8.1)	2.724	3.674
	342.730	397.107
Circulante	128.463	125.398
Não circulante	214.267	271.709

4.2 Contas a receber - FIDC

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras.

A aplicação desses recursos no FIDC-NP com adoção do CPC 48, encontram-se classificados na categoria de valor justo por meio de resultado.

5 Arrendamentos mercantis

5.1 Arrendamento mercantil – UTE Termobahia

Os recebimentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro (com transferência de benefícios, riscos e controles), relativos ao contrato de locação da UTE Termobahia, estão descritos a seguir:

	Recebimentos					
Compromissos Estimados	Valor Futuro	Juros Anuais	Valor Presente			
2020 2021 – 2022 2023 em diante	133.851 167.314 105.965	(8.112) (29.956) (29.056)	125.739 137.358 76.909			
Em 30 de setembro de 2020	407.130	(67.123)	340.006			
Circulante Não circulante		- -	125.739 214.267			
Em 30 de setembro de 2020	<u> </u>	<u>-</u>	340.006			
Circulante Não circulante	<u> </u>	- -	121.724 271.709			
Em 31 de dezembro de 2019			393.433			

O arrendamento mercantil financeiro é representado pelo contrato de locação da UTE Termobahia, celebrado com a Petrobras com prazo de 3.820 dias, com parcelas vencíveis mensalmente, corrigido pela variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

5.2 Arrendamento mercantil – Sublocação da sala

A movimentação do contrato de arrendamento reconhecido como passivo está demonstrada a seguir:

	Saldo final em 31.12.2019	Segregação CP LP	Pagamentos de Principal	Pagamentos de Juros	Encargos no período	Saldo final em 30.09.2020
País - Curto prazo País - Longo prazo	316 475	81 (81)	(153)	(35)	35	244 394
Total	791		(153)	(35)	35	638

A tabela a seguir apresenta os vencimentos destes contratos:

Vencimento em	2020	2021	2022	2023	Total
Saldo em 30 setembro de 2020	85	211	196	146	638

A companhia firmou, em 1º de maio de 2019, contrato de sublocação de uma sala entre a Termobahia S.A. (sublocatária) e Petrobras (sublocadora), localizada no Edifício Torre Pituba em Salvador-BA que teve início em 01 de maio de 2019 e terá término em 15 de setembro de 2023 tendo como base normativa o CPC 06 (R2).

Inicialmente, a companhia reconheceu ativo imobilizado e obrigações de arrendamentos mercantis em montantes iguais e em virtude da mensuração dos ativos de direito de uso ser equivalente ao passivo de arrendamento; tais mudanças não impactaram, portanto, o patrimônio líquido da companhia. Os ativos de direito de uso estão apresentados no Imobilizado, representando arrendamento de edificações (sublocação de sala). Os passivos de arrendamento estão sendo apresentados em linha própria nas demonstrações financeiras da companhia.

Na demonstração dos fluxos de caixa, a companhia evidencia os efeitos relacionados à depreciação do direito de uso do bem arrendado e os pagamentos do arrendamento que atualmente são apresentados nos fluxos de caixa das atividades operacionais como fluxos de caixa de financiamento, representando os pagamentos de principal e juros dos passivos de arrendamento. Contudo, essa alteração não gera impactos na posição líquida do fluxo de caixa da companhia.

6 Imobilizado

Com adoção do CPC 06 (R2), a companhia reconheceu em 2019 os ativos de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamentos mercantis, conforme nota 5.2. Em 30 de setembro de 2020, os direitos de uso estão apresentados pelos seguintes ativos subjacentes:

	Edificações e construções	Total
Saldo em 31 dezembro de 2019	709	709
Depreciação	(129)	(129)
Saldo em 30 de setembro de 2020	580	580
Custo Depreciação	825 (245)	825 (245)
Saldo em 30 de setembro de 2020	580	580

7 Financiamentos

Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros

a. Financiamentos em Reais

Conforme escritura particular da primeira emissão de 8 de janeiro de 2003, a companhia procedeu à emissão de 550.000 debêntures, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, com valor nominal unitário de R\$ 100, perfazendo montante de R\$ 55.000. As debêntures fazem jus a remuneração, a partir da data de subscrição, baseada no IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescida de uma taxa de juros de 15,34% a.a. até 29 de setembro de 2008, e 8% a.a. a partir de 30 de setembro de 2008, sendo amortizadas em 237 (duzentas e trinta e sete) parcelas, mensais, variáveis e consecutivas, sendo a primeira com vencimento em 15 de janeiro de 2004. Do total da emissão, foram subscritas pela Petros 480.562 debêntures.

Os recursos se destinaram, principalmente, à construção da planta termelétrica da companhia.

A companhia possui obrigações relacionadas às debentures (*covenants*), de natureza qualitativa, dentre as quais, pode-se citar:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário: dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao mesmo;
- (ii) fornecer ao Agente Fiduciário: imediatamente, qualquer informação razoável que lhe venha a ser solicitada;
- (iii) manter em adequado funcionamento, serviço de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das Debêntures;
- (iv) manter seus bens adequadamente assegurados, conforme práticas correntes.

Além disso, a companhia deve informar imediatamente ao Agente Fiduciário a ocorrência de eventos importantes que possam gerar inadimplência, como insolvência ou reprogramação, dissolução, execução ou retenção. A ocorrência de tais eventos, poderá ocasionar o vencimento antecipado de todas as obrigações relativas às debêntures.

As movimentações dos saldos de curto e longo prazo dos financiamentos são apresentadas a seguir:

	Debêntures
Circulante e Não Circulante	
No país	
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2019	60.703
Amortização de Principal	(10.626)
Amortização de Juros	(4.701)
Variações monetárias	7.504
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	52.880
Circulante	13.994
Não Circulante	38.886
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	52.880
Amortização de Principal	(9.052)
Amortização de Juros	(3.458)
Variações monetárias	9.088
Saldo final em 30 de setembro de 2020	49.458
Circulante	16.374
Não Circulante	33.084

7.1 Informações resumidas sobre os financiamentos (passivo circulante e não circulante)

Vencimento em	até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	Total
Financiamentos em Reais (a): Indexados a taxas fixas Taxa média dos Financiamentos	16.374 8%	15.460 8%	16.248 8%	1.376	49.458 8%
Total em 30 de setembro de 2020	16.374	15.460	16.248	1.376	49.458
Total em 31 de dezembro de 2019	13.994	13.005	14.286	11.595	52.880

8 Partes relacionadas

A companhia segue a política com partes relacionadas do sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

8.1 Transações comerciais por operação com empresas do Sistema

			30.09.2020	31.12.2019
	Petrobras	Petros	Total	Total
Ativo Circulante				
Arrendamento mercantil financeiro (nota explicativa 5.1) Contas a receber por reembolso de pessoal cedido (nota	125.739	-	125.739	121.724
explicativa 4.1)	1.562	-	1.562	3.674
Contas a receber - outros (nota explicativa 4.1)	1.162		1.162	
	128.463	-	128.463	125.398
Não circulante				
Arrendamento mercantil financeiro (nota explicativa 5.1)	214.267		214.267	271.709
	342.730		342.730	397.107
Passivo Circulante				
Fornecedores vinculados à repasse de gastos	43	268	311	474
Arrendamento mercantil (nota explicativa 5.2) Financiamentos (nota explicativa 7.1)	244	16.374	244 16.374	316 13.994
Dividendos propostos		10.574	10.574	11.494
	287	16.642	16.929	26.278
Não circulante				
Arrendamento mercantil (nota explicativa 5.2)	394	-	394	475
Financiamentos (nota explicativa 7.1)		33.084	33.084	38.886
	394	33.084	33.478	39.361
	681	49.726	50.407	65.639
			Jan- Set/2020	Jan- Set/2019
	Petrobras	Petros	Total	Total
Resultado				
Receita de arrendamento mercantil financeiro (nota explicativa 12)	46.588	_	46.588	47.588
Compartilhamento de gastos com a controladora (i)	(562)	-	(562)	(488)
Reembolso de pessoal cedido	(3.133)	-	(3.133)	(903)
Variações monetárias e cambiais líquidas Despesas financeiras (nota explicativa 15)	(35)	(6.156) (2.958)	(6.156) (2.993)	1.201 (3.411)
Despesas imanceiras (nota explicativa 13)		(2.738)	(2.773)	(3.411)
	42.858	(9.114)	33.744	43.987

⁽i) Parcela expressiva dos processos administrativos da companhia, tais como Contabilidade, Tributos, Finanças, RH, SMS; Regulatório, dentre outros, são conduzidos no âmbito da controladora (Petrobras), suportados através de Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas. Em virtude dessa sistemática de trabalho, a estrutura de pessoal administrativo da Termobahia apresenta uma dimensão reduzida.

8.2 Membros chave da administração da companhia

Remuneração da administração

O plano de cargos e salários e de beneficios e vantagens vigente na companhia e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela companhia a seus empregados e dirigentes.

Os membros da Diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Termobahia S.A, sendo suas atividades administrativas realizadas através de um contrato de compartilhamento de gastos com a sua controladora Petrobras (nota explicativa 8.1 – partes relacionadas).

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, relativas aos meses de setembro de 2020 e 2019 foram as seguintes:

Remuneração do empregado	Expresso em	Expresso em reais		
	Set/20	Set/19		
Menor remuneração	6.464,16	6.446,45		
Remuneração média	13.802,79	12.238,20		
Maior remuneração	31.352,72	45.524,78		

As remunerações totais dos membros do conselho de Administração da Termobahia têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Economia, e pelo Ministério de Minas e Energia e são apresentadas a seguir:

	Jan-Set/2020 Ja	Jan-Set/2019
	Conselho de Administração	Conselho de Administração
Salários e benefícios	73	73
Número de membros	6	4
Número de membros remunerados	6	4

A Assembleia Geral Extraordinária da Termobahia, realizada em 30 de junho de 2020, fixou a remuneração dos administradores e do Conselho Fiscal em R\$ 1.436, como limite global de remuneração a ser paga no período compreendido entre abril de 2020 e março de 2021.

9 Tributos

9.1 Tributos correntes

	Ativo circ	Ativo circulante		rculante
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Imposto de renda	840	129	516	1.225
Contribuição social	621	87	287	320
	1.461	216	803	1.545

Demais impostos e contribuições	Ativo circulante Ativo não circulante		Passivo Circulante			
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Impostos no país: PIS e COFINS (i) Imposto de renda retido na	-	-	19.979	19.948	2.200	1.162
fonte	11					177
	11		19.979	19.948	2.200	1.339

⁽i) Em função da omissão da Lei 12.973/2014 quanto ao tratamento a ser dado às receitas financeiras sobre o arrendamento mercantil, a companhia adicionava a sua base de cálculo de PIS e COFINS as referidas receitas. Com a publicação da IN RFB nº 1881/2019, que esclarece que não serão acrescidos à base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas financeiras oriundas de arrendamento mercantil, a companhia reprocessou a apuração destas contribuições relativas aos períodos de julho de 2015 a abril de 2019, gerando um crédito tributário a recuperar.

9.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante

a. A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

		Arrendamento mercantil financeiro			
	Imobilizado	Contas a receber	Prejuízos fiscais	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2019	48.058	(152.947)	26.017	(2.294)	(81.166)
Reconhecido no resultado do exercício	(10.117)	23.208	(13.935)	(171)	(1.015)
Em 31 de dezembro de 2019	37.941	(129.739)	12.082	(2.465)	(82.181)
Reconhecido no resultado do período	(7.588)	17.929	(7.406)	(62)	2.873
Em 30 de setembro de 2020	30.353	(111.810)	4.676	(2.527)	(79.308)

9.3 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	Jan-Set/2020	Jan-Set/2019
Lucro antes dos impostos	39.774	70.659
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(13.523)	(24.024)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva: Exclusões/(Adições), líquidas Temporárias Permanentes Outros	(316) (568) 176	103 (3.796) 21
Imposto de renda e contribuição social	(14.231)	(27.696)

	Jan-Set/2020	Jan-Set/2019
Imposto de renda e contribuição social diferidos Imposto de renda e contribuição social correntes	2.873 (17.104)	(2.257) (25.439)
	(14.231)	(27.696)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	(36)%	(39)%

10 Benefícios concedidos a empregados

Os saldos relativos aos benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:

	30.09.2020	31.12.2019
Passivo não circulante		
Plano de Pensão Petros 2	4.311	5.328
Plano de saúde AMS	7.555	7.369
	11.866	12.697

10.1 Planos de pensão e de saúde

A gestão dos planos de previdência complementar da companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A Termobahia mantém um plano de assistência médica (AMS) a todos seus empregados desde o exercício de 2012, que inclui assistência médica pós-emprego, e os termos deste benefício foram especificados somente a partir do Acordo Coletivo de Trabalho de 2014/2015.

No 2º trimestre de 2020, houve alteração relevante na premissa financeira (taxa de desconto) do passivo atuarial e foi realizada uma remensuração intermediária com revisão de premissas, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) — Benefícios a empregados. Em função dessa revisão, a companhia reconheceu um ganho de R\$ 2.959 em Outros Resultados Abrangentes em contrapartida com a redução no passivo atuarial decorrente dessa remensuração dos seus planos de pensão e assistência médica.

11 Patrimônio líquido

11.1 Capital social realizado

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 311.752 está representado por 52.019 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

11.2 Transações de capital

Em face da alteração do modelo contratual da operação celebrado com a Petrobras, no exercício de 2013, foi revertido o saldo de recebíveis do antigo Contrato de Conversão de Energia (R\$ 242.184) e constituído o novo valor dos recebíveis, observando o Contrato de Aluguel da Planta (R\$ 594.213). O montante líquido apurado (R\$ 352.029), abatido dos impostos diferidos (R\$ 96.513), foi registrado como Transação de Capital (R\$ 255.516), em função de não ser permitido o reconhecimento de ganho em operação não usual entre empresas do mesmo grupo econômico pelas atuais práticas contábeis adotadas no Brasil.

11.3 Outros resultados abrangentes

A companhia reconhece perda e/ou ganhos, anualmente, pela remensuração dos seus planos de pensão e assistência médica.

No 2º trimestre de 2020, houve alteração relevante na premissa financeira (taxa desconto), conforme nota 10.1, a companhia reconheceu um ganho de R\$ 2.959 com remensuração dos seus planos de pensão e assistência médica.

11.4 Remuneração aos Acionistas

Em 31 de dezembro de 2019, a companhia destinou como dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais propostos os montantes de R\$ 11.494 e R\$ 34.483, respectivamente. Em 30 de junho de 2020, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a Administração deliberou e aprovou a distribuição não só dos dividendos mínimos obrigatórios de 2019 de R\$ 11.494, como também da totalidade dos dividendos adicionais propostos de R\$ 34.483, totalizando R\$ 45.977. Desse montante, R\$ 45.448 referem-se à Petrobras e R\$ 529 à Petros, os quais foram pagos em 17 de julho de 2020.

11.5 Resultado por ação

	Jan-Set/2020	Jan-Set/2019
Lucro do período atribuível aos acionistas da Termobahia S.A.	25.543	42.963
Quantidade de ações	52.019	52.019
Lucro básico e diluído por ação ordinária (R\$ por ação)	491,03	825,91
• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •		

12 Receita de arrendamento

	Jan-Set/2020	Jan-Set/2019
Receita financeira (i)	46.588	47.588
Receita líquida	46.588	47.588

⁽ii) A menor receita de arrendamento refere-se à redução do saldo do fluxo nominal dos recebíveis do arrendamento mercantil financeiro, reflexo dos recebimentos mensais do contrato.

13 Despesas gerais e administrativas

	Jan-Set/2020	Jan-Set/2019
Gastos com pessoal	(1.475)	(1.045)
Compartilhamento de gastos com a controladora (nota explicativa 8.1)	(562)	(488)
Serviços, aluguéis e outros	(588)	(460)
Depreciação e amortização	(129)	(72)
	(2.754)	(2.065)

14 Outras receitas (despesas) líquidas

	Jan-Set/2020	Jan-Set/2019
Provisão para perdas com processos judiciais	-	191
Reembolso de pessoal cedido (nota explicativa 8.1)	(3.133)	(903)
Reprocessamento de PIS e COFINS (i)	-	16.561
Outras receitas (despesas), líquidas	32	(521)
	(3.101)	15.328

⁽i) Reprocessamento das apurações das contribuições (PIS E COFINS) relativas ao período de julho de 2015 a abril de 2019 conforme processo informado na nota explicativa 9.1.

15 Resultado financeiro líquido

	Jan-Set/2020	Jan-Set/2019
Receitas financeiras	8.311	13.767
Resultado com recebíveis de ativos financeiros Receita de juros sobre depósitos judiciais	8.130 181	13.374 393
Despesas Financeiras	(3.030)	(3.417)
Despesas com endividamentos Outros	(2.958) (72)	(3.388) (29)
Variações monetárias, líquidas	(5.738)	1.201
Atualização monetária s/endividamento líquido (i) Atualização monetária s/ reprocessamento de PIS e COFINS (ii) Atualização monetária sobre impostos a recuperar Outras variações monetárias líquidas	(6.156) - 416 2	(2.040) 2.811 - 430
Total	(457)	11.551

⁽ii) O aumento da despesa de atualização monetária sobre as debêntures com a Petros (R\$ 4.116), visto a variação de 11,38% no IGP-M em 2020 (contra variação de 2,97% em 2019).

16 Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	Jan-Set/2020	Jan-Set/2019
Valores pagos durante o período		
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	1.040	1.567

⁽iii) Reprocessamento das apurações das contribuições (PIS E COFINS) relativas ao período de julho de 2015 a abril de 2019 conforme processo informado na nota explicativa 9.1.

17 Processos judiciais e contingências

17.1 Processos judiciais provisionados

Não há processos judiciais e contingências em 30 de setembro de 2020 e de 31 de dezembro 2019 para os quais a probabilidade de perda é considerada provável.

17.2 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Ativo não circulante	30.09.2020	31.12.2019
Trabalhistas Fiscais	69 10.824	76 10.641
	10.893	10.717

No período de janeiro a setembro de 2020, a movimentação dos depósitos judiciais refere-se, basicamente, aos juros e atualização monetária.

17.3 Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 30 de setembro e 31 de dezembro de 2019, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	30.09.2020	Estimativa 31.12.2019
Fiscais Trabalhistas	11.606 3.986	11.017 3.685
	15.592	14.702

O quadro a seguir detalha as principais causas, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

Descrição dos processos		Estimativa
Autor: União Federal 1) DCOMP - Declaração de Compensação - Crédito de IRRF não reconhecido.	30.09.2020	31.12.2019
Situação atual: Aguardando julgamento da manifestação de inconformidade perante a Delegacia da Receita Federal.	4.418	4.369
 DCOMP - Declarações de Compensação - Crédito de IRRF não reconhecidos. Situação atual: Aguardando julgamento do recurso voluntário. 	5.937	5.407
3) Processos de natureza trabalhista - Cálculo do Complemento de remuneração	3.986	3.685
4) Processos diversos de natureza fiscal	1.251	1.241
Total dos processos	15.592	14.702

18 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A descrição detalhada e a política da companhia sobre os instrumentos financeiros e o gerenciamento de riscos são apresentadas na nota explicativa 20 das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as quais não apresentam alterações relevantes em 30 de setembro de 2020.

19 Correlação entre as notas explicativas de 31 de dezembro de 2019 e 30 de setembro de 2020

	Número das notas	explicativas
Títulos das notas explicativas	Anual de 2019	ITR do 3T-2020
A companhia e suas operações	1	1
Base de elaboração das demonstrações financeiras	2	2
Sumário das principais práticas contábeis	3	3
Contas a receber	6	4
Arrendamentos mercantis	7	5
Imobilizado	8	6
Financiamentos	9	7
Partes relacionadas	10	8
Tributos	11	9
Benefícios pós emprego - Planos de pensão e saúde	12	10
Patrimônio líquido	13	11
Receita de arrendamento	14	12
Despesas gerais e administrativas	15	13
Outras despesas líquidas	16	14
Resultado financeiro líquido	17	15
Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa	18	16
Processos judiciais e contingências	19	17
Gerenciamento de riscos e investimentos financeiros	20	18

As notas explicativas do relatório anual de 2019 que foram suprimidas nas Demonstrações Financeiras Intermediárias de 30 de setembro de 2020 pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias são as seguintes:

Títulos das notas explicativas	Número das notas explicativas
Estimativas e julgamentos relevantes Novas normas e interpretações	4 5

Conselho de Administração

Paulo Leonardo Marinho Filho Conselheiro Leonardo Santos Ferreira Conselheiro

Isabella Carneiro Leão Conselheira

Diretoria executiva

Wellington Gomes Lucas Presidente Aline Dias Leonardi Diretora Administrativa

Marcos Antonio Gibin de Freitas Contador CRC-RJ 089868/O-2